



**EMENDA SUPRESSIVA Nº , DE 2008**  
(Do Sr. Juvenil)

**À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008**

*Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que específica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências.*

Suprima-se o inciso VI, do artigo 14, da Lei 10.522, de 2002, ora alterada pelo art. 34 da MP 449, de 2008

**JUSTIFICAÇÃO**

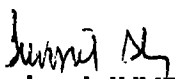
O artigo 34 da Medida Provisória, ao alterar o inciso IV do art. 14 da Lei nº 10.522, de 2002, pune o contribuinte pontual, ou seja, aquele que, mesmo não sendo obrigado a fazê-lo, fez o depósito do montante discutido, certamente porque necessitava satisfazer a suspensão de exigibilidade, prevista no art. 151 do CTN.

Sempre, todavia, o depósito judicial é faculdade do contribuinte.

O inciso que ora se pretende suprimir, inibe que novas ações sejam ajuizadas com depósito do montante em discussão.

O Congresso Nacional não pode fomentar essa prática.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2008.

  
Deputado Federal JUVENIL  
Líder do PRTB



Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas	
Recebido em	10, 12 2008 às 18:40
Nº	3157
Matr.	3157